

Dhiego de Moura Mapa

Diplomacia e Cultura no Governo Lula (2003-2006)

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI/UERJ). Licenciado em História pela UERJ.
dhiegomapa@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho pretende abordar a política externa brasileira, durante o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a partir da utilização do fator cultural como elemento de projeção internacional e alcance de objetivos diplomáticos. Tal proposta se torna viável através da identificação dos cruzamentos entre diplomacia e política cultural durante o governo em análise, dado pelo exame das intenções anunciadas e das ações realizadas. Com isso, é possível notar que cultura e política externa se entrelaçam em um projeto político mais amplo de busca do desenvolvimento nacional através do discurso de defesa da diversidade cultural.

Palavras-chave: Política Externa, Governo Luiz Inácio Lula da Silva, Diplomacia Cultural.

Abstract: This paper addresses the Brazilian foreign policy during the government of President Luiz Inácio Lula da Silva, from the use of the cultural factor as a tool of international projection and reach of diplomatic goals. This proposal becomes feasible by identifying the intersections between diplomacy and cultural policy during the government in question, from the examination of its declared aims and actions taken. Thus, it is possible to note that culture and foreign policy are intertwined in a broader political project of seeking national development through the speech of the defense of cultural diversity.

Keywords: Foreign Policy, Government Luiz Inácio Lula da Silva, Cultural Diplomacy.

Enviado em 29 de agosto de 2009
e aprovado em 16 de outubro de
2009.

Introdução

A compreensão acerca da política cultural externa de um país permite ampliar a percepção sobre as estratégias e prioridades de seu modelo de inserção internacional. Para tanto, é necessário apreender tanto a política externa do governo quanto a sua política cultural para, então, delimitar as convergências entre uma e outra no modelo de inserção internacional adotado. Em um cenário internacional marcado pela diversidade cultural, é deveras significativo o esforço de apreensão do papel exercido pela cultura nas relações diplomáticas, na medida em que esta esfera de intercâmbio é marcada, em geral, pelo predomínio da relação de troca e interação em lugar da de hegemonia. Este tipo de abordagem trata do estudo sobre diplomacia cultural. Os usos da cultura (patrimônio e atividades) para fins políticos, econômicos e outros, além do meramente cultural, são o que caracterizam, *grosso modo*, a diplomacia cultural. O termo, portanto, se refere à utilização das questões culturais para o alcance de objetivos relativos à política externa e pressupõe o alcance de metas estabelecidas por determinado projeto de desenvolvimento nacional e/ou projeção internacional.

No que diz respeito à gestão de Lula da Silva, por se tratar de um governo em andamento, o trabalho proposto se limita ao período compreendido entre 2003-2006, fechando o primeiro mandato de um ciclo de governo ainda em aberto. O foco do trabalho será a caracterização da diplomacia cultural no momento de construção da política externa do governo analisado, em um estudo mais conciso, na medida em que os quatro primeiros anos de mandato de Lula permitem traçar um panorama de sua política internacional, bem como da questão cultural. Assim sendo, o estudo apresentado foi dividido em dois momentos: 1º - delimitar os traços característicos da política externa do governo em análise; 2º - procurar apreender a forma como a cultura é articulada nos rumos tomados pela diplomacia do governo Lula.

A política externa do governo Lula

Por se tratar de um ciclo de governo em aberto, a forma de captar as propostas e objetivos em política externa se dá através das declarações à imprensa, discursos, entrevistas, eventuais artigos e/ou obras publicadas que demonstram o posicionamento político dos formuladores da política externa brasileira, principalmente, do presidente da República. Dessa forma é possível apreender como que as prioridades de política externa são expostas pela versão oficial do próprio governo.

Logo após a vitória no pleito eleitoral de 2002, o presidente recém eleito Lula fez um discurso no qual salientou promessas de campanha de âmbito social (combate à fome, geração de empregos, fomento à exportação, crescimento sustentável, etc) e, em política externa, demonstrou comprometimento com a integração sulamericana, pelo Mercosul, no qual disse: “Queremos impulsionar todas as formas de integração da América Latina que fortaleçam a nossa identidade histórica, social e cultural”, além de reafirmar o compromisso brasileiro com o fortalecimento de organismos internacionais, principalmente a

ONU¹. A prioridade ao Mercosul e a defesa do multilateralismo foram pautas reforçadas durante o discurso de posse ao cargo de presidente, em 2003, no que falou sobre a defesa dos interesses nacionais no cenário internacional.

Ao inaugurar sua gestão, o presidente afirmou que “a ação diplomática do Brasil” seria “um instrumento do desenvolvimento nacional”, que se daria “por meio do comércio exterior, da capacitação de tecnologias avançadas, e da busca de investimentos produtivos”, sempre pautado na luta contra o protecionismo e no aumento da exportação nacional. Na ocasião, afirmou que o Mercosul era um “projeto político” necessário à meta de “construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida”, expondo ainda uma preocupação com as “dimensões social, cultural e científico-tecnológica do processo de integração”². Todavia, o ponto chave de sua proposta de ação internacional se encontra na delimitação do espaço geográfico de atuação brasileira no exterior:

Procuraremos ter com os Estados Unidos da América uma parceria madura, com base no interesse recíproco e no respeito mútuo. Trataremos de fortalecer o entendimento e a cooperação com a União Européia e os seus estados-Membros, bem como com outros importantes países desenvolvidos, a exemplo do Japão. Aprofundaremos as relações com grandes nações em desenvolvimento: a China, a Índia, a Rússia, a África do Sul, entre outros.³

Percebe-se aí a idéia de um diálogo igualitário com o governo norte-americano, a fim de combater as assimetrias existentes e, ao mesmo tempo, a compreensão de que o relacionamento com os países desenvolvidos deve ser ampliado. Porém, o que chama atenção é a importância dada à necessidade de se “aprofundar” as relações com países de peso internacional proporcional ao brasileiro. A preocupação em estabelecer maiores vínculos e articulações com países em desenvolvimento transparece na reafirmação que faz dos “laços profundos que nos unem a todo o continente africano”. Trata-se, portanto, de uma perspectiva de ampliação e diversificação da área de atuação brasileira no exterior, tanto com países desenvolvidos, como com aqueles em desenvolvimento, para melhor defender os interesses nacionais na arena internacional, onde o combate às assimetrias é o cerne, conforme fica patente na defesa que faz do multilateralismo: “Defenderemos um Conselho de Segurança reformado, representativo da realidade contemporânea com países desenvolvidos e em desenvolvimento das várias regiões do mundo entre seus membros permanentes”⁴, dentre os quais o Brasil, que postula um assento permanente no Conselho.

A busca da integração sulamericana a partir do fortalecimento do Mercosul, a percepção de que a política externa é um elemento integrante do projeto de desenvolvi-

1 Discurso do Presidente Eleito Luiz Inácio Lula da Silva, “Compromisso com a Mudança”. São Paulo, 28/10/2002. Disponível em: http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discurso. Acesso em: 19 mai. 2009.

2 Discurso do Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Sessão de Posse, no Congresso Nacional. Brasília, 01/01/2003. Disponível em: http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos. Acesso em: 19 mai. 2009.

3 *Ibidem*.

4 *Ibidem*.

mento nacional, o combate às assimetrias, a defesa do multilateralismo – principalmente da reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas –, o estabelecimento de parcerias estratégicas com países com níveis de desenvolvimento (ou que possuam interesses) semelhantes ao brasileiro e a não ruptura do relacionamento com países desenvolvidos, conforme delimitados no discurso de posse presidencial, seriam as linhas gerais defendidas pelo governo ao longo de seu mandato, conforme se evidencia na declaração à imprensa, em 2005, feita por ocasião da visita do então presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, ao Brasil:

Tenho dito, com frequência, que nossa política externa não é apenas um meio de projeção do Brasil no mundo, mas também um elemento fundamental de nosso projeto nacional de desenvolvimento. Nestes 34 meses de meu Governo busquei uma forte aproximação com nossos irmãos sul-americanos. Aprofundamos as relações bilaterais com todos os países da região, ampliamos e reforçamos o Mercosul, criamos a Comunidade Sul-americana de Nações, mantivemos um excelente relacionamento com os países do Caribe, da América Central e da América do Norte, impulsionamos uma política ativa em relação à África [...] O Brasil abriu-se igualmente para o mundo árabe e o principal resultado desta abertura foi a Cúpula América do Sul – Países Árabes. Fortalecemos nossas relações com grandes países emergentes, como a China, a Índia, a Rússia, a Coreia e a África do Sul. Não hesitamos em abrir novas fronteiras. As conseqüências dessa abertura foram os incrementos sem precedentes de nosso comércio exterior, a atração de investimentos e a internacionalização de nossas empresas. Mas esta busca de novos horizontes não comprometeu nosso relacionamento com grandes países desenvolvidos como: os da União Européia, Japão e, obviamente, Estados Unidos.⁵

Ao longo de seu mandato, o presidente Lula, nos diversos discursos pronunciados nas várias cerimônias e eventos oficiais em que participou ao redor do mundo, procurou pontuar, claramente, que um dos objetivos de seu governo dizia respeito à tentativa de configurar uma “nova geografia econômica e política mundial”, principalmente pelo fortalecimento e ampliação da “cooperação Sul-Sul”. Tal posicionamento configura uma estratégia econômica que busca, por um lado, ampliar o comércio de exportações pelo estabelecimento de parcerias com países de economias complementares à brasileira e, por outro, fortalecer a capacidade de barganha dos países do “Sul” como um bloco durante negociações de caráter comercial em órgãos multilaterais, como é o caso da luta contra os subsídios agrícolas, na OMC.

Em discurso afinado com o da presidência, o ministro de Estado, embaixador Celso Amorim, tem enfatizado, de igual forma, que a política externa teria por metas o combate às assimetrias internacionais e o auxílio ao desenvolvimento nacional. Ao carac-

5 Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita oficial ao Brasil do Presidente dos Estados Unidos da América, George W. Bush. Granja do Torto, Brasília, 06/11/2005. Disponível em: http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos. Acesso em: 19 mai. 2009.

terizar a diplomacia do governo Lula, o ministro Amorim entende que esta surgiu em face dos problemas gerados pelas “limitações do modelo neoliberal, centrado na fé cega na abertura de mercados [...] e retração do papel do Estado” e, estando envolta pela idéia da busca do “desenvolvimento com justiça social”, seria orientada para funcionar como “instrumento de apoio ao projeto de desenvolvimento social e econômico do País” ao mesmo tempo em que almeja promover a “cooperação internacional para o desenvolvimento e para a paz” (AMORIM, 2004: 41-48).

A política externa do governo Lula, portanto, agregou novo dinamismo à diplomacia brasileira ao romper com a crença própria das proposições neoliberais defendidas por FHC da existência de um mercado internacional auto-regulador e justo. Enquanto este, envolto pelo “Consenso de Washington”, voltava-se para os EUA e a União Européia em seu modelo de inserção internacional, aquele procurou estabelecer parcerias estratégicas a fim de superar as assimetrias da globalização. Exemplo disso é a atuação brasileira na OMC e a criação do G-20, onde se destaca o combate aos subsídios agrícolas impostos aos países em desenvolvimento. A busca de penetração no mercado internacional, durante o governo Lula, é calcada na busca de aproximação com nações cuja aliança geraria força política e econômica a nível internacional; este fator seria aquilo que o presidente Lula caracteriza como “cooperação Sul-Sul”.

Nesse sentido, durante a gestão de Lula da Silva, o Brasil tem se voltado para a China e o Japão na Ásia, além da Índia, África do Sul, países africanos de língua portuguesa – como Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe – e países árabes. A grande prioridade da política externa do governo Lula, conforme declarado diversas vezes pelo próprio presidente, é o Mercosul e a integração sulamericana, também compreendida como estratégica para a superação das distorções econômicas e comerciais geradas pelas imposições das grandes potências. Em momento algum o governo Lula esboçou o desejo de ruptura com os países desenvolvidos, mas tem defendido a necessidade de se criar redes de cooperação entre nações em desenvolvimento a fim de lograr força de negociação em órgãos multilaterais frente às distorções impostas pelos países ricos. Há de se ressaltar que, logo nos primeiros meses de seu governo, Lula manteve contato com os chefes de Estados de todos os países da América do Sul, seja viajando aos respectivos países, seja recebendo a visita de representantes de governo.

Esta conduta diplomática indica uma mudança de modelo de inserção internacional brasileira, a partir de “quatro linhas de força”: a) recuperação do universalismo e do bilateralismo, em uma diplomacia que procura maiores interlocuções com países africanos, asiáticos e árabes, se comparado ao governo anterior (FHC); b) prioridade estratégica à integração dos países da América do Sul; c) combate às dependências estruturais e instrumentalização da política externa em prol do desenvolvimento nacional; d) manutenção do acumulado histórico, principalmente o compromisso com a “ideologia desenvolvimentista” (CERVO, 2003: 05-11). O objetivo da política externa de Lula seria, portanto, diluir a vulnerabilidade externa do Brasil, superando as assimetrias internacionais, através da “busca de parceiros estratégicos no sul para ter maior poder de barganha nas negociações internacionais”, ao mesmo tempo em que as “relações com os países ricos são consideradas fundamentais, buscando-se um equilíbrio maior”, naquilo que se configura como estratégia de “autonomia pela diversificação” (VIGEVANI e CEPALUNI, 2007: 273-335).

É dentro deste projeto de inserção internacional, pautado pela defesa do multila-

teralismo, tentativa de fortalecimento do Mercosul, aproximação dos países africanos pela CPLP, constituição do Fórum IBAS (Índia, Brasil e África do Sul, o G-3), aproximação dos países árabes, da China e da Rússia, que deve ser compreendida a questão cultural em política externa. O objetivo de forjar a cooperação Sul-Sul e de traçar alianças estratégicas com nações emergentes são as linhas traçadas pela política externa do atual governo. Após delimitar a política externa, torna-se necessário traçar as políticas culturais do governo Lula, a fim de tratar da relação entre cultura e diplomacia.

Cultura e política externa

No que diz respeito à cultura, de maneira geral, há a percepção, por parte do governo Lula, de que esta, além do caráter simbólico e patrimonial dado pela criação de vínculos identitários, serve também como um instrumento de inclusão social além de ser um bem econômico que movimenta a economia interna. Essa percepção tem guiado muitas ações do Ministério da Cultura, principalmente a idéia de inclusão social.

Ao ser redimensionada ao plano das relações internacionais, é possível dizer que a cultura carrega consigo essa tripla função: a) ao criar vínculos de identidade e reconhecimento de raízes, fortalece os blocos regionais e a aproximação com países e regiões estratégicas ao desenvolvimento da cooperação Sul-Sul; b) o que, a nível interno seria inclusão social, a nível externo seria inserção internacional, dada pela defesa da autodeterminação dos povos, do pluralismo cultural e da luta contra a padronização cultural, em que cada nação e cultura deve ter preservado o direito à identidade própria; c) a nível econômico, a chamada “indústria criativa” se adequa perfeitamente aos anseios de aumento da pauta de exportação nacional. Tanto os discursos – sejam os do presidente Lula, sejam os de seus ministros – quanto as ações do Departamento Cultural do Itamarati e do Ministério da Cultura parecem comprovar tal hipótese.

A título de exemplo, podemos citar o discurso do Presidente Lula na inauguração da 4ª Bienal de Artes Visuais do Mercosul, em Porto Alegre, no Santander Cultural, em 05 de outubro de 2003, em que tratou da importância da cultura, e disse o seguinte:

[...] o Mercosul que nós acreditamos não é o Mercosul eminentemente comercial. O Mercosul que nós queremos tem que ser comercial, político, econômico, social e cultural. Porque somente assim, ele se tornará forte e competitivo com outros blocos econômicos criados no mundo [...] Pela arte, afirmamos nossas personalidades individuais e fortalecemos nossa identidade coletiva.⁶

Percebe-se claramente como, no nível do discurso, a cultura é colocada como uma via de estreitamento de laços para que se alcance um objetivo maior, ou seja, a integração regional. Em outro momento, em discurso proferido durante a cerimônia de inauguração do Museu Afro-Brasil, o presidente Lula falou dos vínculos históricos e culturais entre

6 Discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, proferido em Porto Alegre, Santander Cultural, 05/10/2003, por ocasião da 4ª Bienal de Artes Visuais do Mercosul. Disponível em: http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos. Acesso em: 19 mai. 2009.

Brasil e África, da seguinte forma:

Digo isso porque o Museu Afro-Brasil, que hoje está sendo inaugurado [...] vem se somar a esse conjunto de ações que nos aproximam vivamente da África. Este novo museu vai nos ajudar a preservar o muito do próprio continente africano que ainda existe entre nós [...] O grande legado dos artistas, artífices, cientistas políticos e demais cidadãos negros que contribuíram para a originalidade e diversidade da cultura brasileira fica, agora, disponível para ser amplamente apreciado e estudado.⁷

No caso específico das relações diplomáticas entre o Brasil e países africanos, é nítido o uso, tanto externo quanto interno, do capital cultural afro-brasileiro, historicamente constituído, para o firmamento de acordos de cooperação diversos e o estabelecimento de parcerias, tanto para o incremento de intercâmbios comerciais, culturais, educacionais, de saúde, etc., quanto para o fortalecimento dos países em desenvolvimento nas negociações em órgãos multilaterais através de reivindicações unificadas.

Este protagonismo conferiria ao Brasil o caráter de “potência emergente”, porém, tal afirmação resulta em debates contraditórios que escapam aos objetivos do presente trabalho, haja vista o “significado social” do termo, segundo o qual o *status* de “potência emergente” seria dado pelo “reconhecimento por parte dos outros estados, tanto dos mais poderosos, como dos semelhantes”, da condição de um país como “emergente/intermediário” no cenário internacional (LIMA, 2007: 169-190). De qualquer forma, a valorização da cultura afro-brasileira, por parte do governo, indica uma estratégia de uso de questões culturais para o alcance de maior espaço de penetração no cenário internacional.

No que toca às ações do Departamento Cultural do MRE, a relevante promoção de eventos artísticos e culturais em embaixadas e centros culturais brasileiros espalhados ao redor do mundo, seja com apresentações musicais, projeção de filmes da indústria cinematográfica nacional, realização de debates sobre assuntos diversos, entre outros, caracterizam um pouco das ações do órgão. Importante atuação apresentou também o Ministério da Cultura no esforço de divulgação cultural, principalmente na pessoa de seu mentor, o ex-ministro Gilberto Gil que, em 2004, por exemplo, viajou à África para participar da 1ª Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora.

Ao tratar da dimensão interna e externa da política cultural do governo Lula, o então Ministro da Cultura, Gilberto Gil, procurou enfatizar que a ação internacional do governo brasileiro não se dava somente pela promoção cultural brasileira, tanto a nível simbólico quanto econômico, mas, principalmente, em uma perspectiva mais ampla, seria orientada pela defesa da diversidade cultural a fim de combater as assimetrias sistêmicas do mundo afetado pelo fenômeno da globalização⁸:

7 Discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, proferido em São Paulo, 23/10/2004, durante inauguração do Museu Afro-Brasil. Disponível em: http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos. Acesso em: 19 mai. 2009.

8 O atual ministro Juca Ferreira tem dado continuidade às políticas de Gil.

O desafio aqui é compreender a dimensão econômica crescente da cultura e encontrar formas de cooperação que permitam que as populações mais pobres detentoras de saber, cultura e identidade, usufruam plenamente dos benefícios e riquezas da propriedade intelectual [...] Contudo, essas características contemporâneas da cultura adquirem outras feições quando encaradas no contexto dos países em desenvolvimento, como é o caso da América do Sul. Nesse viés, a política cultural internacional transforma-se em um dos principais elementos de enfrentamento de assimetrias internacionais que, no limite, resultam em modelos hegemônicos, em formas centralizadas de comunicação social, em formas concentradoras de gestão de conteúdo [...] Trata-se, enfim, de uma luta constante para que a democracia se realize num plano mais efetivamente cultural e abrigue melhores condições de acesso a conteúdos culturais e modelo de proteção da diversidade cultural (GIL, 2007: 52).

Percebe-se que a promoção da diversidade cultural em relações internacionais é matizada pelo combate às estruturas hegemônicas, onde a cultura seria um canal de “intervenção no modelo de globalização vigente”, haja vista que a “maior parte das trocas culturais entre as diferentes regiões ‘periféricas’ do globo é controlada pelo centro do sistema, concentrado no eixo Estados-Unidos-Europa-Japão”; nesse cenário, segundo o ex-ministro Gil, o Brasil “deve se orientar pelo exercício da pluralidade, contra a imposição de uma cultura única”, atuando “na defesa e promoção tanto da diversidade cultural brasileira, no interior e exterior, quanto do acesso a outras culturas e a trocas” (GIL, 2007: 53-54).

É possível, portanto, averiguar a convergência entre projeção cultural e política externa, no governo Lula. A atuação do Departamento Cultural, por exemplo, demonstrou dinamismo, em 2005, por ocasião das programações culturais referentes ao Ano do Brasil na França.

Ruy Pacheco de Azevedo Amaral (2008: 55), que realizou um relatório sobre o evento, pontua que a temporada cultural brasileira na França de 2005, utilizando o tema “*Brésil, Brésils*, do singular ao plural”, teve por objetivo “divulgar a diversidade e a modernidade do Brasil, em todas as suas facetas: cultural, naturalmente, mas também econômica, social e turística”. A programação foi um sucesso tão grande que revigorou o ciclo de realização de temporadas culturais estrangeiras na França. Amaral apresenta os números da temporada:

Mais de 2.500 artistas, intelectuais e operadores culturais deslocaram-se à França ao longo de 2005, para participar das manifestações inscritas na programação oficial que reuniu 104 exposições: 29 patrimoniais, 44 de arte contemporânea, 20 de fotografia e 11 de arquitetura e *design*; 28 projetos de teatro, dança e circo, que se desdobraram em 492 espetáculos, apresentados em 86 cidades francesas; 60 projetos musicais geraram 318 apresentações, em 67 cidades; 64 colóquios e eventos literários foram organizados, assim como 37 projetos na área do cinema e do audiovisual envolvendo 429 filmes em 1.298 projeções. Realizaram-se, ademais, 40 projetos multidisciplinares que envolveram 64 exposições,

197 espetáculos musicais, 34 de dança e teatro, 31 projeções de filmes e 42 seminários e eventos literários, bem como 8 eventos esportivos, 3 de gastronomia e um educativo (AMARAL, 2008: 58).

Durante a temporada, foram realizados diversos eventos de promoção comercial, financiados pela Agência de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX), que, segundo a própria Agência, geraram vendas de 300 milhões de reais, sob a “fórmula venda de produtos + cultura”. Os resultados da temporada foram surpreendentes, pois redimensionaram a percepção da opinião pública e da sociedade francesa a respeito do Brasil e de sua cultura (cuja imagem já era positiva), tendo gerado um número considerável de eventos de manifestações artísticas e culturais brasileiras, organizados de maneira espontânea e, além disso, foi possível averiguar um aumento do número de interessados na língua portuguesa (AMARAL, 2008).

Uma das repercussões do Ano do Brasil na França foi o acréscimo, em importância, do fomento às atividades de divulgação cultural brasileira no exterior, pois, a partir de seu sucesso, o governo brasileiro passou a cogitar a adoção de medida semelhante ao do governo Francês, organizando, no Brasil, temporadas culturais estrangeiras. As comemorações do Centenário da Imigração Japonesa e o Ano da França no Brasil, durante o segundo mandato de Lula, talvez sejam um indicativo dessa postura. Outro fator a ser levado em consideração é que o Ano do Brasil na França foi a mola propulsora da realização da Copa da Cultura, na Alemanha, em meio à realização da Copa do Mundo no país, em 2006. De acordo com a programação da Copa da Cultura, centenas de eventos culturais foram distribuídos em cidades alemãs, com o objetivo de, nas palavras do Ministro Gil, “reafirmar a imagem brasileira e abrir novos mercados”⁹.

Conclusão

A diplomacia cultural, levada a cabo principalmente pelo Departamento Cultural do Itamarati, é orientada pelos objetivos de política externa que, no governo Lula, podem ser caracterizados pela consolidação da posição de “potência emergente”, pela promoção do desenvolvimento nacional de maneira sustentável e pelo combate às assimetrias existentes no sistema internacional. Ao mapear o campo ideológico e prático em que se delineou as ações de divulgação cultural, orientadas por tais objetivos, percebe-se que a bandeira da diversidade cultural, levantada pela administração Lula/Gil, compõem o espectro mais amplo de proteção da autonomia em relações internacionais, por parte do governo brasileiro.

Ademais, a convergência entre cultura e diplomacia, no governo Lula, apresenta três aspectos: afirmação da identidade nacional, em conformidade com a sempre almejada autonomia em política externa; projeção da “Marca Brasil”, na qual o país é apresentado como local de potencialidades econômicas, harmônica pluralidade sócio-cultural e solidez política e democrática, que devem lhe auferir vantagens em negociações, estabelecimento de acordos e maior participação em acontecimentos internacionais de importância; por

9 UOLESPORTE. Brasil planeja eventos culturais à Alemanha. Rio de Janeiro: 06 jan. 2006. Últimas notícias. Disponível em: <http://esporte.uol.com.br/futebol/ultimas/2006/01/06/ult59u98828.jhtm>. Acesso em: 19 mai. 2009.

fim, o patrimônio e as ações culturais são canais para o reforço de vínculos identitários necessários ao fortalecimento de relações bilaterais e bi-regionais, principalmente no que tange à “cooperação Sul-Sul”.

BIBLIOGRAFIA

- AMARAL, Ruy Pacheco de Azevedo. *O Ano do Brasil na França: um modelo de intercâmbio cultural*. 1ª edição. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2008, 264p.
- AMORIM, Celso L. N. “Conceitos e estratégias da diplomacia do Governo Lula”, *Diplomacia, Estratégia, Política*. Brasília: ano I, nº 1, p. 41-48, out-dez 2004.
- CERVO, Amado Luiz. “Editorial - A Política Exterior: de Cardoso a Lula”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 46, nº 01, p. 5-11, jan-jun 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v46n1/a01v46n1.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2009.
- _____. *Inserção Internacional e Política Externa: formação dos conceitos brasileiros*. 1ª edição. São Paulo: Saraiva, 2008, 298p.
- GIL, Gilberto. “Cultura, diversidade e acesso”. *Diplomacia, Estratégia e Política*, nº 08, p. 49-60, out./dez. 2007.
- LIMA, Maria Regina Soares de. Brasil como país intermédio: imprecisión conceptual y dilemas políticos. In: J.G.TOKATLIÁN (comp.), *India, Brasil y Sudáfrica. El impacto de las nuevas potencias regionales*. Buenos Aires, Libros Del Zorzal, 2007, p.169-190.
- VIGEVANI, Tullo e CEPALUNI, Gabriel. “A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação”. *Contexto Internacional*, vol. 29, n. 02. Rio de Janeiro, IRI/PUC-Rio, p. 273-335, jul./dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cint/v29n2/v29n2a02.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2009.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. “A diplomacia do governo Lula em seu primeiro mandato: um balanço e algumas perspectivas”. *Carta Internacional*, vol. 02, nº 01, p. 03-10, março 2007. Disponível em: <http://www.usp.br/cartainternacional/modx/index.php?id=70>. Acesso em: 27 mar. 2009.